

URBANISMO DA VILA SERRA DO NAVIO/AP: idealização com desconstrução da identidade – violência simbólica, não-lugar e o empoderamento social

MURTA, JANUACELI FELIZARDO

1. Arquiteta Urbanista.
januaceli@gmail.com

RESUMO

A Vila Serra do Navio é uma *Company town* ao sul do estado do Amapá, erguida em meio à floresta Amazônica entre os anos de 1955 e 1960, pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.), para a extração de jazidas de manganês. Na década de 1990, com o fechamento da empresa, a cidade sofreu esvaziamento, com abandono de grande número de imóveis. Pouco depois se criou a municipalidade, tendo seu crescimento retomado apenas em 2000 com a vinda de novas mineradoras. A construção da Vila é uma experiência de urbanismo utópico, com negação da espontaneidade da vida e de símbolos urbanos da natureza humana, como o cemitério, com manutenção do isolamento da cidade, de posse exclusiva da empresa. O presente artigo esboça como a população foi dominada por um regime que elimina a *res publica*, dependente de alguma forma de gestão, privada ou pública. O entendimento de domínio tem como base os conceitos de não-lugar e de violência subjetiva, na qual a 'colonização do outro' oferta dependência e pacificidade. Frente ao supracitado, averigua-se como o foco do traçado urbano em um não lugar contribuiu para a construção de uma cultura e postura requerida pelo 'colonizador', e como a conformação de uma consciência coletiva (identidade) compartilhada por meio de movimentos sociais, contribui para a ressignificação cultural local e para o combate à referida violência.

Palavras-chave: Serra do Navio; identidade; não lugar; violência simbólica; empoderamento social.

INTRODUÇÃO

A descoberta de manganês no ano de 1934 na região do Amapá levou a uma concorrência internacional, na qual a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) obteve a concessão para a exploração das jazidas, tendo ainda de erguer, entre outras construções, embarcadouro de minério, estrada de ferro, instalações industriais, e vilas residenciais para funcionários. No ano de 1953 foi construída a estrada de ferro e instalações industriais capazes de extrair, movimentar e beneficiar o minério, além de acampamentos provisórios para dar início às frentes de trabalho. (Ribeiro, 1992).

A região era pouco adensada e habitada em sua maioria por 'caboclos'. Eram alojados em ranchos de madeira junto às margens do rio, apoiados em palafitas e cobertos de sapé. (FOTO 01). Devido ao clima quente, as casas eram abertas, dormiam em redes, e tinham amplas coberturas frontais que serviam como espaço de convívio social. Viviam basicamente da pesca, caça, e roças de mandioca e feijão, tendo o rio como principal via de circulação. Entre eles haviam também alguns garimpeiros e caçadores. (Ribeiro, 1992).



Foto 01: Casas de caboclos. SD.
Fonte: RIBEIRO, 1992. P.4.

A Vila Serra do Navio

Para a construção e planejamento de todo o complexo urbano foi contratado o arquiteto paulista Oswaldo Arthur Bratke que, após pesquisas acerca da região e visitas à '*company towns*' já estruturadas em outros países, resolveu pela setorização hierarquizada da cidade a fim de atender demandas diversificadas, e considerando tanto a exigência de durabilidade

do empreendimento quanto sua possível expansão futura. (Ribeiro, 1992). Se por um lado, o caboclo da região, admitido como operário, se contentaria com edificações salubres, que oferecessem melhores condições em relação às edificações vernaculares onde estão acostumados, por outro, o 'pessoal categorizado', provindo de outras regiões do país, em sua maioria instruída com ensino superior, necessitaria de melhores condições de conforto, até de certo luxo, acreditando ser este um atrativo capaz de levá-lo a se estabelecer na vila com sua respectiva família. (FOTO 02).



Foto 02: Prospecção após desmatamento, 1948.
Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL, 2008. P.32.

Os setores residenciais para operários e para 'categorizados' seriam separados por equipamentos, contando ainda com edificações para hospedagem, refeitório, e casas de chefia. A princípio o arquiteto presumiu que o setor residencial para operários e o centro cívico e comercial poderiam se tornar o embrião de uma comunidade independente. (FOTO 03; FOTO 04). Em nome da segurança, a fim de evitar desastres com quedas de árvores, optou-se pela derrubada total da mata da área, com plantio de espécies de menor porte, de floração colorida, decorativa, e com outras espécies frutíferas. A vegetação nativa foi substituída por outra exógena a seu contexto, de caráter puramente ornamental. (Ribeiro, 1992). O projeto desprezou tanto a manutenção ecológica que um paisagismo nativo poderia oferecer ao ecossistema, quanto à relação que exemplares botânicos nativos poderiam ter com a comunidade cabocla, conhecedora de seus benefícios.

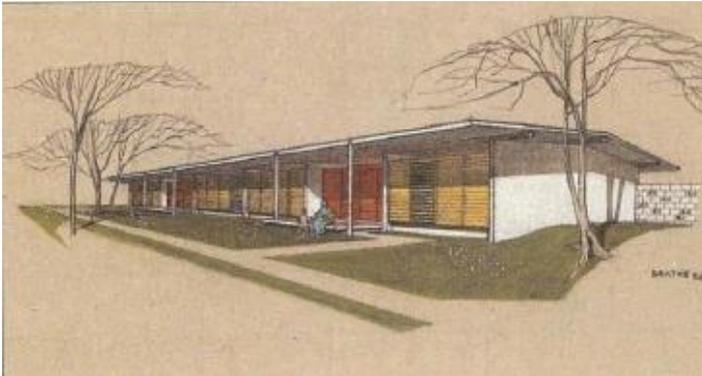


Foto 03: Vila BC.
Fonte: Ribeiro, 1992. P.48



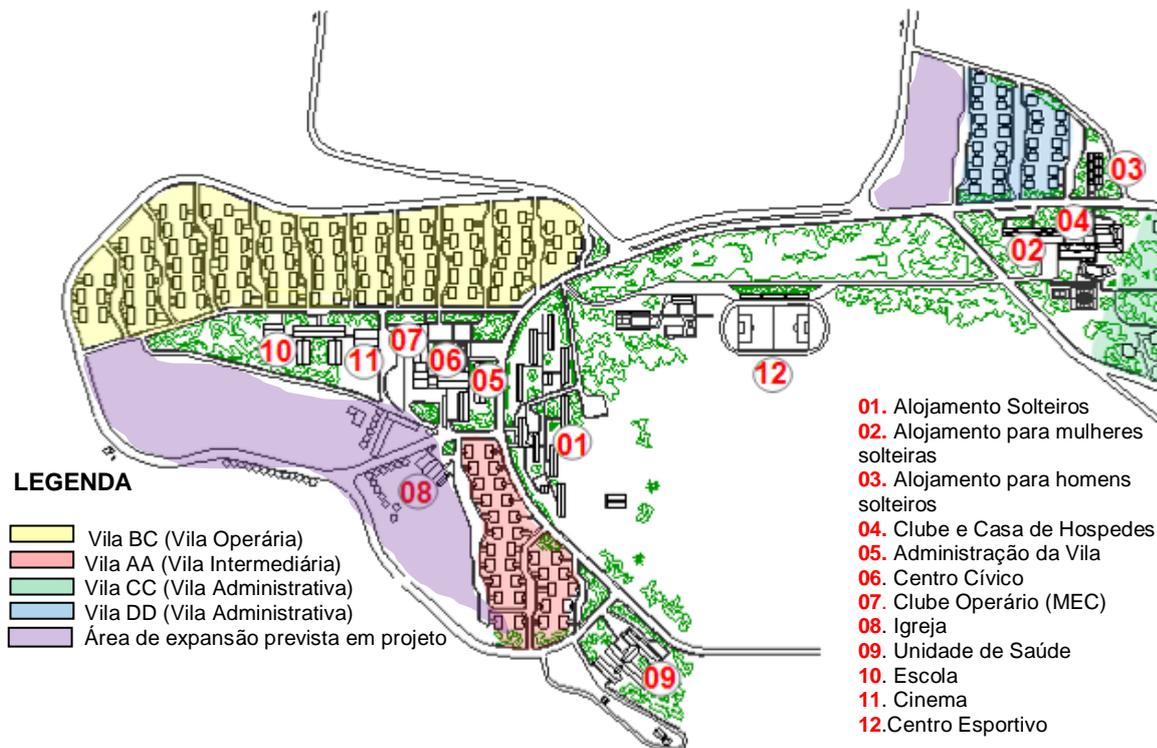
Foto 04: Casa Vila DD – Rua DD3, 82.
Fonte: do autor(a), 06/03/2013.

Com base nos cânones da arquitetura moderna – Carta de Atenas, CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), 1933 – a cidade deveria ter funções básicas como habitar, trabalhar, recrear e circular. Bratke, com base nesse princípio, projetou uma vila hierarquizada com clara divisão entre as classes, com o paternalismo como palavra de ordem, uma vez que todos os serviços, tais como educação, habitação, saúde, lazer e trabalho, são geridos e controlados pela empresa, e com uso parcial do 'princípio da vizinhança':

Nenhum edifício de uso coletivo deve distar mais de 500 metros das diversas casas. O hospital, porém, deve estar situado em local isolado, com grande área de proteção à sua volta, e ainda em local bem ventilado. (Ribeiro, 1992, p.42).

No zoneamento (MAPA 01) foram contempladas habitações familiares, habitações para solteiros (estas implantadas em locais de 'caráter moral', com rotina monótona), comércio, administração, saúde, educação, instituição religiosa, lazer e esporte. Entre os principais equipamentos urbanos incluídos no projeto, e construídos, está uma escola, um conjunto hospitalar, um clube para operários, outro clube para gerentes e chefes com casa de hóspedes, um cinema, um centro esportivo, uma igreja, um edifício administrativo (atualmente sede da prefeitura), uma agência de correios, uma delegacia com cadeia, um banco, e um velório. No centro comercial havia também supermercado, barbeiros, cabeleireiras, lavanderia, tinturaria, feira livre e uma fábrica de gelo (Ribeiro, 1992). Vale ressaltar que devido à incapacidade financeira dos moradores de mobiliar a casa, ou pela distância e dificuldade de transporte dos móveis, ou ainda, dada a inexistência de uma indústria moveleira na região capaz de suprir a demanda do novo conjunto urbano, a ICOMI

projetou e fabricou todo o mobiliário e utilitários residenciais, entregando a casa inteiramente pronta para ser ocupada.



Mapa 01 – Planta de Serra do Navio com zoneamentos residenciais e principais equipamentos
Fonte: Mapa adaptado de INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2008. *Vila Serra do Navio: Dossiê de Tombamento*, Pará, IPHAN-PA. p. 161. Adaptação: Januaceli F. Murta. Belo horizonte, janeiro de 2017.

O período de concessão deveria ser encerrado no ano de 2003, mas devido principalmente à morte de Augusto Antunes - proprietário da ICOMI -, o termo foi encerrado no ano de 1997, seis anos antes do previsto. Durante a saída da empresa, ocorrida no início da década de 1990, o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), órgão criado em 1966 pela ICOMI, foi o responsável por incorporar paulatinamente a Vila ao território público do Estado do Amapá.

No ano de 1992 foi criado o município de Serra do Navio (Lei nº 0007 de 1º de maio de 1992. IBGE, 2013), mas, com a retirada da empresa, deu-se a escassez de emprego, levando a cidade ao esvaziamento populacional, e abandono das edificações. O crescimento foi apenas retomado nos anos 2000, com a chegada de novas mineradoras. Aproveitando-se da infraestrutura existente, estas empresas se apossaram dos imóveis

abandonados utilizando-os como alojamento para funcionários. Se a Vila Serra do Navio foi projetada para 2.000 habitantes, no ano de 2005 contava com 4.170 (IBGE, 2005), 4.545 no ano de 2012 (IBGE, 2013), e 5.025 habitantes em 2016 (IBGE, 2016) – no ano de 2013, data de levantamento primário, havia a previsão da chegada de 2.000 operários para atender às demandas de mineradoras, podendo a localidade possuir número maior de moradores que o informado. Apesar de prever áreas de expansão, o plano desenvolvido por Bratke não teve condições de absorver tal inchaço populacional. Bratke ainda pretendia que a cidade não fosse um aglomerado urbano transitório, relegado ao abandono uma vez exaurida a mina (RIBEIRO, 1992), ou mesmo no caso da retirada da empresa, como aconteceu.

Sem controle do número de moradores ou qualquer ação de contrapartida, seja pública ou privada, o inchaço populacional sobrecarregou a infraestrutura básica além, é claro, de gerar déficit de moradas, situação intensificada com o tombamento do conjunto como sítio urbano pelo IPHAN no ano de 2011. O rigor deste tombamento (Processo nº 1.567-T-08. Livro Histórico, Artístico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) enrijece a estrutura urbana e não apenas impede a construção de novas edificações, que supririam as demandas habitacionais, mas ainda impede o direito à propriedade privada. Frente à estrutura urbana congelada, anexos são erguidos nos afastamentos, com técnicas construtivas divergentes das originais, servindo tanto para os familiares, filhos e netos que não contam com oferta de moradia, quanto para 'estrangeiros', locatários de pequenos quartos. Alguns grandes equipamentos, a exemplo das residências, sofrem processo de favelização. Há construções que ocupam terrenos além das Áreas de Expansão preconizadas pelo plano original, algumas implantadas em áreas de risco. Tais edificações, em geral, adotam o modelo vernacular amazônico em madeira, sobre palafitas, com amplas varandas cobertas, dotadas de redes para dormir. Ainda tem-se a invasão de vários imóveis vazios após a saída da ICOMI, o que torna a questão da propriedade das casas mais complexa. (FOTO 05; FOTO 06; FOTO 07; FOTO 08).



Foto 05: Portelinha.
Fonte: do autor(a), 11/03/2013.



Foto 06: Vila Bambuzal.
Fonte: do autor(a), 06/03/2013.



Foto 07: Banheiro – Vila Bambuzal.
Fonte: do autor(a), 07/03/2013.

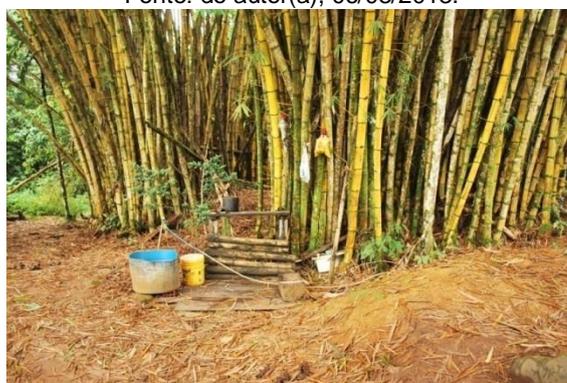


Foto 08: Cozinha - Vila Bambuzal.
Fonte: do autor(a), 07/03/2013.

O CONTROLE SERRANO

À medida que o plano original da Vila impôs um modo de vida estadunidense, os moradores eram compelidos, e muitas vezes vigiados, a seguir plenamente essa proposta. Acredita-se aqui na criação de certo *panoptismo*, tal qual descrito por Foucault (2009), na qual é criada uma sociedade disciplinar, em que o morador sinta-se todo o tempo vigiado. Tal qual um governo, a Vila vigiava, punia e restringia, fazendo uso de rondas, vigias, e prêmios aos moradores 'disciplinados' que serviam de exemplo a ser seguido pelos demais.

A construção da Vila mostra-se como uma experiência de um urbanismo idealizador da realidade, utópico, com negação da espontaneidade da vida, alcançando o cúmulo de eliminar até mesmo símbolos urbanos da natureza humana, como o cemitério. O isolamento da cidade, de posse exclusiva da empresa, era exercido rigoroso controle da densidade demográfica, incluindo controle de visitantes, possuidora ainda de único acesso por meio da ferrovia.

Tal conduta, aliada à padronização hierárquica com disciplinarização do morador, de caráter civilizatório, levou os moradores a uma dependência paternal. A ICOMI impôs aos moradores uma forma de vida, desde a cidade exógena ao contexto local: desde a cidade calcada nos preceitos positivistas, tendo o funcionalismo como preceito primordial, até a construção de um novo modelo de família. Há casos em que a empresa exigiu que funcionários em cargos de chefia se casassem, destinando os cônjuges, dado o caráter moral do matrimônio como exemplo a ser seguido por funcionários de baixo escalão.

Durante todo o tempo de vigência da ICOMI existiu apenas a igreja católica, sendo proibido qualquer outro tipo de instituição religiosa. Há relatos da construção de uma igreja presbiteriana às margens do rio no ano de 1972, frente às proibições da empresa. (Paixão, 2013).



Foto 09: Capela de Santa Bárbara.
Fonte: do autor(a), 07/03/2013.

Até mesmo nos momentos de ócio eram promovidas atividades para evitar uma 'apatia nociva' à vida em sociedade. Eram criados concursos de manutenção dos bens, produzindo uma falsa consciência de cooperação e responsabilidade. (Ribeiro, 1992). Os moradores não eram (como ainda não são) proprietários de suas casas; não eram autorizados a inserir modificações personalizantes, nem tinham o compromisso de dar qualquer manutenção em suas moradas. Na presença da empresa, era ela que regia e providenciava todos os pequenos detalhes para que a cidade não se desviasse do ideal.

O projeto previa uma futura independência, dependente economicamente ainda, mas com abertura a terceiros. Na realidade, enquanto a ICOMI geria a Vila, o espírito de luta,

necessário à satisfação de desejos e à independência futura, não foi incentivado, ao contrário, era impedido de todas as formas possíveis, a fim de alcançar o controle do conjunto: a cidade dava exemplos punindo os que desviassem, até mesmo com a expulsão da Vila, condicionando o coletivo com uso do convencimento psicológico – o uso do convencimento e não da imposição tinha por objetivo alcançar a simpatia dos residentes, com conseqüente ausência de levantes sociais.



Foto 10 – Vista do símbolo pintado no interior da edificação residencial de número 86 situada à Rua DD1, Vila Administrativa, Setor Staff.
Fonte: do autor(a), mar/2013.

Após a saída da empresa, são verificados vários inchaços devido a vinda de “remessas” de profissionais de outras localidades, que se apropriam da infraestrutura existente, já deteriorada. A morosidade na regularização dos imóveis, e a relação entre União (IPHAN), estado do Amapá e Prefeitura Municipal, criaram com a comunidade relação hostis. Sem planejamentos futuros, ou mesmo um desejo de certo controle no desenvolvimento urbano, nota-se um aumento da violência, subempregos, descaracterização do conjunto, bem como perda do entendimento de pertença e expansão do sentimento de deslocamento em relação ao mundo. Frente a todos as danosas conseqüências elencadas, citando ainda a situação de calamidade dos serviços básicos de infraestrutura, como luz, esgoto e água potável, ao hierarquizar o restauro de equipamentos de lazer assim como superestimar o valor do conjunto enquanto patrimônio reforça-se a política do 'pão e circo' que, frente à população local órfã do paternalismo criado, contribui para forma particular de subexistência que nega a cultura local a favor de uma crença equivocada de progresso.

Como propiciar então a geração de movimentos sociais que objetivem a mudança e progresso social, frente a uma comunidade dominada e violentada por poderes diversos?

DESCONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Partindo-se do ideário projetual de Bratke (1966), apesar de defender os ‘aspectos técnicos’ que respeitavam a ‘essência do lugar’, é notado em seu discurso o desejo civilizador da localidade, tal qual um colonizador. Segundo ele, os caboclos não tinham o costume do trabalho sistemático, eram ignorantes, e possuíam a higiene primitiva (nem mesmo usavam o ‘poço negro’). Com a vila, e conseqüente convívio com pessoas ‘civilizadas’ – *efeito demonstrador* -, pretendia-se que a comunidade se beneficiasse das vantagens do progresso, como educação, conceitos de moralidade e boas maneiras – além de inserir o uso do banheiro. Técnicos contribuíram para o alcance espacial da proposta, como introdução de estilo arquitetônico e urbanismo, e de vegetação ornamental – o conhecimento do caboclo acerca da vegetação e uso é aqui renegado. Frisa-se ainda a impossibilidade de personalização das casas, distanciando ainda mais o morador do sentimento de pertencimento e posse. É clara a desconstrução da identidade a partir da negação cultural anteriormente existente.

A desconstrução identitária perpassa ainda na forma como o traçado urbano é desenvolvido, com a quase centralidade do Supermercado Serrabox que, a partir da definição de não lugar de Augé (2001), representa um espaço público de rápida circulação, diametralmente oposto ao espaço personalizado, com elementos que permitam o acesso, comprovem a identidade e utilizam de símbolos da *supermodernidade* como cartões de créditos, entre outros. “[...] o sistema massificante instituído pelos não-lugares, por meio de sua estrutura pretensamente global, acaba criando uma homogeneização que desvaloriza o espaço que se cria”, com perda da individualidade: “o domínio de várias metrópoles pelos não-lugares é parte desta grande proposta urbanista atual, que relaciona diretamente evolução com desterritorialidade, ou perda das diferenças individuais de cada lugar”. (Augé, 2001, p. 45). ‘Somos todos solitários, sem nunca estarmos sós’.

O foco do traçado urbano no supermercado, no caso um não-lugar, contribuiu para a construção de uma cultura e postura requerida pelo ‘colonizador’, a partir de uma cultura, a *priori*, alimentar – reforça-se as ações como retirada da vegetação nativa e conseqüente desconhecimento acerca de suas propriedades, assim como da impossibilidade de possuir ‘roças’, visto que anteriormente viviam de mandioca e feijão, além de caça e pesca.

Ao pregar um discurso civilizatório, há métodos de convencimento – e não imposição a fim de evitar levantes sociais – que, como aqui é defendido, com uso de técnicas como

manipulação, propaganda, sedução, argumentação, e demonstração, que sempre será um ato de violência uma vez que visa ‘colonizar o outro’ – aproximação do conceito de etnocídio; extermínio da cultura de um povo.

Aprendi a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencer é uma falta de respeito, é uma tentativa de colonização do outro. (José Saramago)

Breton (1999) expõe ainda a violência mental do convencimento por meio de manipulação psicológica, denominada em algumas fontes como ‘estupro das massas’. Bourdieu (2001) reforma o ideário na medida em que a articulação social adota mecanismos de dominação, de produção de ideias e formação de condutas. Dominação aqui sempre exercida mediante violência, bruta ou simbólica (Dollé, 1998), ou coação espiritual sobre as consciências (Bourdieu, 2001). Geralmente há normas/leis para que tal sistema funcione, com validade espaço-temporal, sustentado basicamente por quem se beneficia: agentes e instituições dominantes. (Bourdieu, 1984).

A violência simbólica fornece subsídios para a criação da memória manipulada, instrumentalizada e seletiva, que permite omitir, ocultar e narrar de formas pré-determinadas, impactando as questões referentes à identidade, ideologia, manipulando o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. (Ricoeur, 2007).

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p.426).

[...] não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que se possa comparar sem hesitação à guerra. Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura (Ricoeur, 2007, p.92).

Ao manipular a memória, os grupos sociais perdem a posse do poder de narrar a própria história, constituindo este também instrumento para o exercício de dominação. Conforme Pollak (1992), ‘trabalho de enquadramento da memória’.

[...] esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não

investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber. (Ricoeur, 2007, p.455).

A memória, as 'coisas lembradas', estão intrinsecamente associadas a lugares: 'lugares da memória' que oferecem ferramentas para a luta contra o esquecimento, permanecendo potencialmente como documentos. (Ricoeur, 2007; Pollak, 1992). Lugares ainda como suporte de acontecimentos vividos pela coletividade ao qual o ser pertence. Segundo Huysen (2014), a memória coletiva garante a coesão do grupo e o sentimento de pertencimento.

A imagem que as pessoas têm de si mesmas, sua auto-imagem, se baseia em um sentido de própria competência e influi na imagem que tem de seu meio ambiente, de sua interação com ele e de sua avaliação. Tudo isto se refere à implicação no meio, ao papel das imagens na interação homem-meio, às atividades e à conduta, e à função simbólica de meio físico ao estabelecer a identidade de grupo e a percepção e cognição ambientais do meio urbano. (Rapoport, 1978, p. 326).

Se a memória é não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa efetivo e intelectual da sua experiência e da experiência de seu grupo. (Bosi, 1993, p. 283),

A memória, não passiva e responsável pela coesão do grupo, possui no monumento a intersecção entre a memória individual e a coletiva, uma vez que "*O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos*" (Choay, 1992, p. 32). Akamatsu (1996) reforça a ideia do patrimônio cultural como mediação entre o ser e a memória coletiva. Voltando à questão da memória como coercitiva de um determinado grupo, é por meio dela que se toma consciência de suas características, daquilo que os diferencia e os iguala, construindo a identidade e conseguinte, o sentimento de pertença. A reconstrução da memória permite, portanto, o reconhecimento da identidade do grupo, fortalecendo o sentimento de permanência e continuidade – sempre múltipla e inacabada. (Lévi-Strauss, 1977). A maneira como o indivíduo se relaciona com o mundo é formada por meio da memória coletiva que, ligada à experiência, contribui para o processo de apropriação. (Connerton, 1989). Preservar é respeitar a identidade individual, cultural, vivências, e a afetividade pela terra, onde seus valores serão referenciados (Claval; Pimenta, 2001), potencializando as táticas de sobrevivência visto que é na esfera do vivido que ocorrem as trocas de experiências, concepção identitária de afetividades, pertencimentos e oposições. (Tuan, 1980; Halbwachs, 1990).

E O MOVIMENTO SOCIAL?

Acredita-se que frente à destruição da cultura por meio da violência, o movimento social possa ser a resposta. Ao apontar um indivíduo exposto, vulnerável, fragilizado, e angustiado por reproduzir os modelos sociais dominantes, Guattari (1987) referencia o desejo da grande maioria de estar enquadrado nos padrões instituídos, obtendo um “lugar” na sociedade – modelo social hegemônico suggestionado pela mídia e/ou poder vigente. Tal processo de alienação social converte para uma perspectiva individualista do ter (*super valoração egóica* – cada um com seu ‘grupelho’), sendo necessária a construção de nova forma de subjetividade enfrentando a ideologia dominante, agenciando um mínimo de identidade coletiva (*esquizoanálise*). Portanto, para ser revolucionário - ser revolucionário, a princípio, é trabalhar com a verdade - há de se objetivar a luta social a fim de modificar as relações de poder. Trata-se ainda do conceito de identidade coletiva como não idêntica a si mesma, ‘rizomática’, intensiva, ‘nomádica’, vibrante, composta por diversas visões – o autor refere-se ainda ao estado como máquina de ‘rostificar’, reduzindo singularidades a identidades, rostos a corpos – multidões/massas sem rosto são, enquanto disformes, tidas como confusas, anarquistas, indisciplinadas.

[...] se o homem tem um destino, esse será mais o de escapar ao rosto, desfazer o rosto e as rostificações, tornar-se imperceptível, tornar-se clandestino [...]. Deleuze e Guattari

Cita-se ainda Touraine (2006), que exprime que em cada sociedade existe um movimento social que encarna não uma simples mobilização, mas um projeto de mudança social – recusa de uma dominação social, privando-a de legitimidade -, corroborado por Castells (2013) que tem os movimentos sociais urbanos "*sistema de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana*".

Conclui-se por fim, que a mobilização composta a partir de critérios de homogeneidade, relevância e representatividade, podem gerar formas narrativas que conferem ‘posse do poder simbólico’, o ‘poder de fazer crer e fazer ver’ (Bourdieu, 2001).

[...] na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. Essas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança. (Touraine, 2006, p. 119).

A atual Associação de Moradores de Serra do Navio (AMOSERRA) torna possível a formação de uma identidade coletiva, um reconhecimento enquanto grupo, com menção aos conceitos de homogeneidade, relevância e representatividade.

CONCLUSÃO

Visto o grande número de áreas de mineração existentes no território brasileiro, sabem-se que essas não exibem qualquer plano concreto nos casos de fechamento da mina, jazidas exauridas ou mesmo desistência da extração por motivos diversos, restando os danos causados diretamente à população no que diz respeito às questões como memória, identidade e sentimento de pertença – é incluído o sentimento do próprio reconhecimento frente ao espaço que o indivíduo ocupa, estando seu ofício relacionado à sua colocação de ser no mundo e, frente à extinção das frentes de trabalho, tal ruptura concerne para seu deslocamento frente ao ambiente. A descontinuidade das ações do governo contribui para que diversos grupos passem variadas vezes por processos de resignificação e de (re) encontro do ser no mundo.

É implícito nas áreas mineradoras os conceitos de negação da cultural local com inserção de 'não-lugares' (Augè, 2001), bem como a manutenção de controle sutil, como desejado por Bratke (1966) e esmiuçado por Foucault (2009), com uso de violência, ainda que simbólica (Bourdieu, 2000). A Vila Serra do Navio caracteriza uma das primeiras experiências de cidade modernista adaptada à Amazônia, concebida por Bratke, referência da arquitetura brasileira da segunda metade do século XX.

É necessário que tais processos sejam investigados e compreendidos, como forma de fortalecimento da comunidade enquanto grupo e, conseqüentemente, compartilhadores de uma determinada identidade/memória/(re)conhecimento. As possibilidades de '*empoderamento*' da comunidade como meio de busca por uma identidade, e/ou seu fortalecimento, questionando o papel da associação civil organizada (Associação dos moradores das Vilas de Serra do Navio - AMOSERRA) em tal processo, devem ser mais bem embasadas e incentivadas. (Laclau, 1986; Castells, 2013; Touraine, 1995; Touraine, 2006; Guattari, 1987). Pretende-se ainda que tal estudo contribua com dados que possibilitem novas ações em benefício das populações afetadas, com vistas a promover e projetar um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Vol. XIV, Porto, 1998. p. 77-97.
- AKAMATSU, Etienne. *Mémoire, temps, histoire*. Paris: PUF, 1996.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmund. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Volume III: Charles Baudelaire – um lírico no Auge do Capitalismo*. [Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. _____. O Narrador. In *Coleção Os Pensadores*. Vol XLVIII. São Paulo, 1975.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioiatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BITAR, Omar Yazbek. *Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: RSMP, 1997. 193 p.
- BLUMER, Herbert. *A natureza do Interacionismo Simbólico*. In: MORTENSEN, C. David. *Teoria da Comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 2000. 282 p.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOUCHERON, Patrick. *Création urbaine et pensée humaniste dans l'Italie du Quattrocento*. In: *Actes du Colloque international de Paris "La ville au coeur du pouvoir"*. Paris, vol. 1, 2002, pp. 261-274.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Identidade e a Representação: elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de região*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 311 p.

BRATKE, Oswaldo Arthur. *Núcleos Habitacionais no Amapá*. Acrópole. n. 326, p. 1-22, mar. 1966.

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999. 167 p.

BRITO, Daniel Chaves de. *Mineração, Desenvolvimento e Impacto Sócio Ambiental: uma experiência de exploração de manganês na Amazônia*. 1995. Papers do NAEA, 038. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>. Acesso em: 15 abr/2013.

CARLOS, Ana Fani. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARSALADE, Flavio de Lemos. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, José Jorge de. *O olhar etnográfico e a voz subalterna*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998.

CARVALHO, Maria Amelia de. *Percepção Somática*. In *Cognitio/Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*. Centro de Estudos do Pragmatismo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Número 1, 2004.

CASARA, Marques. *Mineração predatória na Amazônia Brasileira Cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá*. Florianópolis: Publicação do Observatório Social, 2003.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia das Formas Simbólicas*. [Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996 (1980).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Democracia e sociedade autoritária*. Palestra proferida em Goiânia,
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano V. M. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- CLAVAL, P. & PIMENTA, L. F. *A geografia cultural* (2ª ed.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- CONNERTON, Paul. *Social Memory*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- CORRÊA, R. L. *Formas Simbólicas e Espaço*. Algumas Considerações. *GEOgraphia*, v.9, n.17. Niterói, 2007, p.7-17.
- CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: RUMO, 1962.
- DOLLÉ, Jean-Paul. *Histoires de domination*. Magazine Littéraire, Paris, n. 369, oct. 1998.
- DRUMMOND, J. A. e PEREIRA, M. A. P.. *O Amapá nos Tempos do Manganês - um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DUVIGNAUD, Jean. *Lieux et Non Lieu*. Paris : Éditions Galilée, 1977.
- FERRARA, L. D'A. (1990). As máscaras da cidade. *Revista da USP*. São Paulo, v. 1, n. 5, pp. 3-10.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos Signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8 ed. São Paulo: Ática. 2006.
- FORTUNA, Carlos. *As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias*. In: Santos, Maria de Lourdes Lima dos. (Org.). *Cultura & Economia*. Lisboa: ICS, *Estudos e Investigações*, n. 4, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC - Annablume, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 731 p.

GIORDANO, Pier Luigi. *L'idea della Città Giardino*. Bolonha: Calderini Bologna, 1962.

GOMES FILHO, J. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma*. São Paulo: Escrituras, 2000. 127 p.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

GUNTHER, Hartmut. *Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa- Ambiente*. Natal: *Estudpsicol* v. 8, n. 2, Agosto. 2003. pp. 273-280

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, A. L. *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. 258 p..

HALL, Stuart. A identidade cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996.

HALL, Stuart. *Estudos culturais: dois paradigmas*. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Batir, Habitar, Pensar*. In *Essais et Conférences*. Gallimard. Paris, 1980.

HUOT, Jean-Louis (Dir.). *La ville neuve, une idée de l'antiquité?* Paris: Errance, 1988.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. .

IBGE, 2013. *Lei nº 0007 de 1º de maio de 1992*.

IBGE. 2005. *Cidades*: Serra do Navio.

IBGE. 2013. *Cidades*: Serra do Navio.

IBGE. 2016. *Cidades*: Serra do Navio.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS DE FERRO E MANGANÊS (ICOMI). *O manganês no Amapá*. Rio de Janeiro, 1958.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Vila Serra do Navio: Dossiê de Tombamento*. Pará: IPHAN-PA, 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004. 141 p.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Casa da Palavra, Rio de Janeiro; 1ª Edição, 2005.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. UFMG, 2002. 178 p.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'Identité*. Paris: PUF, 1977. .

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.4, p.21-33, 2000.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MOSER, Gabriel. *Psicologia Ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar?*. São Paulo: *Psicol. USP*, v. 16, n. 1-2, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História*. PUC – SP. São Paulo, n. 10, dez/1993.

PAIXÃO, Padre Álvaro Nonato da Paixão. Entrevista, 04 de março de 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5. nº10, 1992.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. *Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO (PMSN). *Arquivo cadastral de 2009*. Serra do Navio, PMSN..

RAPOPORT, Amos. *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A., 1978.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na selva amazônica. Um projeto do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: PINI, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “*Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*”. In. ZHOURI, Andréa. (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília – DF: ABA, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. – Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Arquitetura e Narratividade*. In: *Urbanisme*, n.303, nov/dez 1998, p. 44-51.

RODRIGUES, Roberta Menezes. *Company Towns: considerações sobre um modelo urbanístico e a presença na Amazônia Oriental*. 2, volume 7. 2002. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/911>. Acesso em: 12 jun/2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo : HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo : HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

THIBAUD , J-P. e CHELKOFF, G. *Ambiances sous la ville*. Grenoble, Cresson, Plan Urbain, 1997.

THIBAUD, Jean-Paul [Org.]. *L'Espace Urbain em Méthodes*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001 [Collection Eupalinos – série Architecture et Urbanisme].

THIBAUD, Jean-Paul [Org.]. *Regards en Action: ethnométhodologie des espaces publics*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001 [Collection Eupalinos – série Architecture et Urbanisme].

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. 431 p.

TOURAINÉ, Alain. *Na fronteira dos movimentos sociais*. Soc. Estado. Brasília, DF, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel. 1980. 288 p.